

---

## NECESSIDADE DE FANTASIA

*Odil José de OLIVEIRA FILHO\**

Para justificar-se enquanto tal, todo ensino de literatura deveria visar, essencialmente, à formação estética do aprendiz. Arte da palavra, da língua, mas da língua colocada, como diz Barthes, “fora do poder” (porque representa uma “revolução permanente da linguagem”)<sup>115</sup>, a literatura, como arte que é, prestar-se-ia, na verdade, mais como uma “indisciplina” curricular, que suporia atitudes pedagógicas de resultados imprevisíveis, porque dirigidas à imaginação, à fantasia, ao prazer, ao diálogo, ao reconhecimento da ambigüidade e da plurissignificação.

Nesse sentido, ensinar literatura deveria equivaler a ensinar a interpretar: uma obra; um texto; as palavras; as linguagens, e, em decorrência disso, as coisas do mundo. Assim, o objetivo básico de um professor de literatura deveria ser instigar seu aluno a desenvolver sua própria capacidade de interpretação, de leitura, capacidade essa, aliás, que a arte literária tem o poder de refinar e potencializar, pela conjunção que faz entre razão e imaginação, entre forma e conteúdo, entre, como se diz hoje em dia, os horizontes do texto e os horizontes do mundo.

Por isso, ainda que não possa ser perfeitamente enquadrada em uma meta pedagógica muito clara, é possível defender a necessidade do ensino de literatura na formação do aluno. Mesmo que essa dificuldade de enquadramento represente, verdadeiramente, hoje em dia, um sintoma das dificuldades da escola em encaminhar um projeto para a formação *humana* do aluno, que existindo, justificaria plenamente a necessidade do ensino da literatura, sem que fosse preciso que o defendessem, como faço aqui. São, no entanto, justamente, as dificuldades atuais que provam a necessidade de se viabilizar o ensino da literatura na escola, pela função humanizadora que a arte literária possui e que pode atuar na formação do próprio homem.

---

\* UNESP - Assis.

Permitam-me relembrar, aqui, nesse aspecto, as lições desse grande mestre de todos nós, o Professor Antonio Candido, sobre as funções que a literatura pode desempenhar na formação do homem, na qual ela pode atuar em três sentidos, em funções psicológicas, formativas e de conhecimento do mundo e do ser.<sup>116</sup> Na *função psicológica*, a literatura responderia às necessidades humanas de ficção e fantasia, suprimindo, integrando e transformando a realidade por meio do trabalho executado pela imaginação literária. Em sua *função formativa*, a literatura formaria e educaria como a própria vida, por uma impregnação profunda que atuaria de modo subconsciente e inconsciente, e agiria de maneira absolutamente imprevisível na formação dos homens. Sendo assim, a função educativa da literatura afastar-se-ia de toda a noção de uma atividade dirigida; trazendo em si tanto o bem quanto o mal, ela humanizaria em sentido profundo, porque faria viver. Quanto à *função de conhecimento do mundo e do ser*, a literatura só poderia atuar como representação de uma dada realidade social e humana, facultando maior inteligibilidade em relação a essa realidade, se a função social funcionasse como uma representação humanizadora do mundo retratado na obra, em que se atenuasse ao máximo o hiato entre criador e criatura e em que o leitor se sentisse participante de uma humanidade que também é sua, passando a incorporar à sua experiência mais profunda o que o escritor lhe oferece como visão da realidade.

Portanto, para que um projeto de ensino da literatura na escola pudesse explorar convenientemente essas funções humanizadoras seriam necessárias três condições ideais: boa formação do professor, predisposição do aluno e proposta pedagógica e infra-estrutura adequadas da escola. Nas condições atuais, o que vemos, no entanto, é que o professor que desejar implementar um trabalho nesses moldes encontrará imensas dificuldades. “Professor de português”, amador da literatura, será pressionado pela gramática — vista, sempre, como prioridade. Assim, apesar de ser delegada a ele, entre todos os outros professores, a tarefa da exploração da sensibilidade do aluno, terá pouquíssimo tempo letivo para dedicar-se aos textos que gostaria de ler com seus alunos. Estes, que tanto o necessitariam, por provirem, na sua grande maioria, de meios onde o livro não circula e em que a possibilidade de uma experiência estética mais profunda não existe, estão condicionados pelos modos interpretativos da comunicação de massa. Por fim, a própria escola, sem, muitas vezes, instalações físicas necessárias, sem nem ao menos uma biblioteca, torna ainda mais difícil

a tarefa de alguns abnegados que, apesar de tudo, tentam levá-la adiante. Por outro lado, onde essas condições de infra-estrutura são um pouco melhores, o direcionamento utilitarista do ensino acaba quase por anular a diferença, já que tudo ali só ganha sentido se resumido ao sintagma fantasmático do *vestibular*.

Esse contexto problemático para a implementação de um ensino da literatura digno desse nome, que traço como existente nos dias atuais, não é, na verdade, muito diferente daquele que havia por volta de trinta anos atrás, pelo menos no que se refere ao ensino da literatura. Falo de caso próprio, dos de minha geração, que nos bancos escolares do antigo ginásio, embatucávamos diante de *O Guarani* ou de *A Moreninha*, da tarefa inglória de fazer resumos do indecifráveis romances de Machado de Assis ou de classificar as orações subordinadas dos versos de *Os Lusíadas*.

Nesse aspecto, o dos estudos literários, que é, sem dúvida nenhuma, um dos mais importantes para a condução de um processo de ensino da literatura consciente e promissor, nesse aspecto, eu dizia, nós avançamos muito nos últimos tempos. Com efeito, não há como negar que temos hoje, entre nós, um conhecimento teórico muito mais profundo e atualizado a respeito da literatura, acessível também a muito mais pessoas, do que há tempos atrás. Tal aumento da massa crítica nos estudos literários deveu-se, como se sabe, aos esforços das nossas primeiras gerações acadêmicas, que assimilaram e sistematizaram métodos e teorias, chegando mesmo, algumas vezes, a criar, a partir da tradição assimilada, métodos próprios de interpretação da literatura em geral e de nossa literatura em particular.

O caso de Assis, desta Faculdade de Letras, é exemplo eloquente disto. O que, talvez, muitos não entendam ainda hoje é que trazer para o “sertão” um curso de Letras fazia parte de um projeto de educação humana e integral — justamente esse projeto do qual tanto sentimos falta, hoje. Não foi por outra razão que, há trinta e cinco anos atrás, aqui foi realizada o “Segundo Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária”, que agora homenageamos e que, naquela altura, como se pode ler nos anais, já refletia sobre o ensino da literatura, numa mesarredonda subordinada ao tema e denominada “O ensino da literatura em conexão com os modernos métodos da crítica”<sup>117</sup>.

Os tempos mudaram, é certo. Contagiamo-nos todos, infantilmente talvez, do “sarampão estruturalista”, que providencialmente nos protegeu da ditadura. Inoculando-nos preventivamente porém, do vírus

do *close reading*, pudemos avançar, depois, em direção a uma abertura para o mundo para descobrir, surpresos, que o melhor Barthes e toda a chamada “Estética da Recepção” já estavam, de alguma forma, em Antonio Candido.<sup>118</sup> Voltamo-nos, então, mais recentemente, para o ensino e produzimos uma significativa reflexão sobre as relações, entre a leitura, a literatura e a escola.

Seja-me concedido, novamente, cometer mais um ato de imodéstia e citar, mais uma vez, como exemplo, a Faculdade de Letras de Assis. Trata-se da criação, há alguns anos, de um grupo de estudos voltado justamente para as questões que envolvem o ensino da literatura, denominado “Leitura e literatura na escola” que, exemplarmente, pela qualidade e quantidade dos trabalhos produzidos, tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, demonstra a força do novo influxo que o ensino da literatura tem hoje no Brasil.

Atitudes como essa têm influenciado na própria escola, pela afluência de um número significativo de professores de 1º e 2º graus a cursos de especialização e de reciclagem oferecidos pelos cursos de Letras, possibilitando-lhes a assimilação de métodos de abordagem e discussão do texto literário, cujos reflexos mais concretos podem ser percebidos na melhoria incontestável dos textos para crianças e jovens que circulam nas salas de aula e no questionamento crescente que se tem feito às velhas e alienadoras fórmulas de ensino presentes na maioria dos livros didáticos. Tais questionamentos iniciaram-se, como se sabe, com os livros de língua e literatura e acabaram, felizmente, por atingir todas as áreas de ensino. Não será por outra razão que, atualmente, a produção mais significativa, em termos de ressonância, nos estudos literários, esteja nas áreas dedicadas a refletir sobre as relações entre a literatura e o ensino.

Tais aspectos positivos que arrolamos não devem fazer esquecer os graves problemas que ainda perduram e impedem que esses aspectos positivos possam efetivar-se em maior escala e com melhores resultados. A pouca importância que ainda se dá à educação no Brasil, para não falar de outros fatores, além de não proporcionar ao professor uma melhor formação, tem-lhe retirado a sua capacidade de inquietação, de sonho, de indignação, de utopia e, pior, de buscar o novo e de tentar encaminhar o futuro que deve superá-lo para ser melhor que o presente. Pois, se essa é a qualidade maior de todo professor, ela é, talvez muito mais, a do professor de literatura. Desestimulado o professor, desestimulante será o melhor dos textos — desinteressados, os alunos. Difícil, penosa,

será toda tarefa pedagógica: a procura de textos, a preparação das aulas, a busca de aprimoramento, os intermináveis quarenta ou cinquenta minutos da sala-de-aula. Resultado: o resumo; a ficha de leitura; a interpretação embrutecedora do livro didático.

Além disso, no plano acadêmico, a universidade pública, onde — com raras exceções fora dela — a literatura ainda sobrevive e se preserva, vê-se ameaçada por uma onda de privatização que, infensa aos valores humanos e às nossas peculiaridades culturais, arrisca a fazer submergir todos os projetos e sonhos de desenvolvimento de uma educação nacional voltada para os interesses do país e de seu povo.

No entanto, todos esses problemas e dificuldades, como já disse no início, não devem servir como desestímulo para essa tarefa que deveria ser tão simples e que se torna tão complicada nos dias atuais, que é ensinar literatura. Pelo contrário, essa atmosfera complexa e problemática mostra justamente a urgência da necessidade de ficção e fantasia, do trabalho pela formação estética e conscientizadora da realidade que a literatura pode propiciar.

Batalhar para que um ensino da literatura nesses moldes possa ocorrer exige, realmente, que atuemos no espaço político mais geral da cidadania. Mas é possível também atuar, no mesmo sentido, no espaço menor da sala-de-aula, como professor de literatura, cuja tarefa suprema deverá ser a conscientização estética de nosso aluno: estimulando-o à fantasia; despertando-o para as capacidades cognitivas e reflexivas da imaginação literária; incitando-o, enfim, à busca de uma interpretação consciente e desveladora dos discursos do mundo — atitudes que a literatura pode, sem dúvida nenhuma, propiciar.

---

#### NOTAS

<sup>115</sup> BARTHES, R. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, s.d.

<sup>116</sup> ANTONIO CANDIDO. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, v. 24, n. 9, p.803-9, 1972.

<sup>117</sup> *Anais do Segundo Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária*. Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1963. p.635-64.

<sup>118</sup> O livro de Antonio Candido, *Na sala de aula*, de 1985, traz indicado, no prefácio, que as análises ali feitas foram redigidas, na maioria, “entre 1958 e 1960, quando eu ensinava literatura brasileira na Faculdade de Filosofia de Assis, S.P.” (p.6).